



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE  
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1042/2014

**CERTIDÃO**

Atestamos que no "Quadro Mural" da Prefeitura Municipal foi publicado, na data, o presente ato para ciência dos interessados.

São Bento Abade, 30/10/2014  
Christiano Frederico da Silva

DISPÕE SOBRE A SALVAGUARDA E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO ABADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de São Bento Abade - MG, por meio de seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

**Art. 1º.** Fica instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural do município de São Bento Abade.

**Art. 2º.** Os bens culturais de natureza imaterial que constituam o patrimônio cultural municipal serão registrados da seguinte forma:

- I. Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II. Livro de Registro das Atividades e Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III. Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV. Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritas as áreas urbanas, as praças, os locais e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

**§ 1º.** Poderá ser reconhecida como sítio cultural área de relevante interesse para o patrimônio cultural da cidade, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

**§ 2º.** A inscrição em um dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância local para a memória, a identidade cultural e a formação social do Município.

- Art. 3º.** São partes legítimas para provocar o pedido de registro:
- I. o Diretor do Departamento de Educação e Cultura ou órgão equivalente;
  - II. o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural ou seus Conselheiros;
  - III. o Setor Municipal de Patrimônio Cultural;
  - IV. os demais Departamentos ou órgãos da Administração Municipal;
  - V. o Ministério Público;
  - VI. o Poder Legislativo Municipal;
  - VII. as sociedades ou associações civis.

**Parágrafo único.** Qualquer cidadão poderá requerer ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Bento Abade a análise para que seja feito o registro de um bem imaterial do município.

**Art. 4º.** A proposta de registro será encaminhada ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que determinará a abertura do processo de registro e, após parecer, decidirá sobre sua aprovação.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE ESTADO DE MINAS GERAIS

**§ 1º.** O processo de registro conterá estudos complementares e definição de medidas de salvaguarda do bem cultural.

**§ 2º.** No caso de aprovação da proposta, a decisão do Conselho será encaminhada ao Prefeito para homologação, e, depois, publicada.

**§ 3º.** Negado o registro, o autor da proposta poderá apresentar, em até 15 (quinze) dias contados da intimação, recurso da decisão, e o Conselho terá até 60 (sessenta) dias, após recebimento do recurso, para decidir sobre esse.

**Art. 5º.** Após a decisão do Conselho ser homologada pelo Prefeito Municipal, nos termos do §2º do art. 4º desta Lei, o bem cultural será inscrito no livro correspondente, sob a guarda, em arquivo próprio, do Setor de Patrimônio Cultural e receberá o título de "Patrimônio Cultural de São Bento Abade".

**Art. 6º.** Cabe ao Departamento de Educação e Cultura, ou órgão equivalente, assegurar, em relação ao bem registrado:

- I. manutenção de banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo;
- II. ampla divulgação e promoção.

**Parágrafo único.** O Departamento de Educação e Cultura, ou órgão equivalente, poderá propor a criação de outras formas de incentivo para a promoção dos bens registrados.

**Art. 7º.** Os processos de registro poderão ser reavaliados, a qualquer momento, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que decidirá sobre a manutenção ou não do título.

**Parágrafo único.** Em caso de negativa da manutenção do Registro, caberá recurso, observado o disposto no § 3º do artigo 4º.

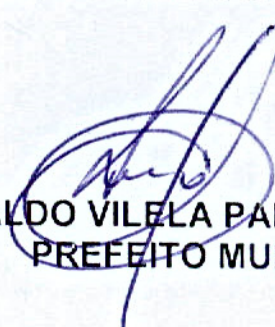
### CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8º.** O Poder Público Municipal procederá à regulamentação da presente Lei, naquilo que for necessário, a qualquer momento.

**Art. 9º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento Abade - MG, em 30 de outubro de 2014.

  
REINALDO VILELA PARANAÍBA FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

### CERTIDÃO

Certifico que no "Quadro Mural" da Prefeitura Municipal foi publicado, nesta data, o presente ato para ciência dos interessados.

São Bento Abade, 30 / 10 / 2014  
Chauandro Indiero de Silva